

2

A vontade de poder

O conceito de vontade de poder envolve toda uma nova compreensão do conceito de vontade, que, para falar com justiça, começa com Schopenhauer. Vontade deixa de ser concebida em seu sentido tradicional, como uma faculdade ou propriedade do indivíduo, passando a ser a força pulsional que o atravessa e o constitui. Força esta que atua não só no indivíduo, mas também em todo o mundo orgânico e inorgânico. As forças físicas como a gravidade, atração e repulsão, movimento e repouso, são compreendidas como efeito de uma vontade. Mesmo naquilo que aparentemente está em repouso, atua uma vontade que, equilibrando-se com a vontade dos seres em volta, produz uma resultante nula, conservando um estado de repouso.

Ora, não se tinha reconhecido até hoje que a essência de toda a energia, latente ou ativa, na natureza, era idêntica à vontade, e consideravam-se como heterogêneos os diferentes fenômenos, que são apenas as diversas espécies dum gênero único: (...) para não se ficar parado por um perpétuo mal-entendido, é preciso saber dar a esse conceito a extensão que reclamo para ele, e não se obstinar em compreender sob essa palavra apenas uma das espécies de vontade que ela designou até hoje. (Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação*, p. 147).

Com Schopenhauer tem também início um movimento que Nietzsche leva a frente com maestria. Um verdadeiro salto qualitativo na história do pensamento filosófico, que é estabelecer como princípio fundamental da existência, não um Ser, não um fundamento material ou espiritual qualquer, nem um valor moral supostamente superior, nem uma verdade absoluta, mas uma instância desejante, uma *vontade*. “A vontade é a substância íntima, o núcleo tanto de toda a coisa particular, como do conjunto” (Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação*, p. 146). Nietzsche acrescenta um complemento à *vontade* de Schopenhauer – o *poder*. Onde Schopenhauer via *impulso cego*, ou *vontade de viver*, Nietzsche coloca a *vontade de poder*.

Minha tese é a de que, até agora, a *vontade* da psicologia é uma injustificável generalização, que *não há absolutamente* essa vontade, que em vez de conceber a configuração de uma *determinada* vontade em muitas formas, *eliminou-se* o caráter da vontade, à medida que se

subtraiu o conteúdo, o ‘para onde’, e esse é o caso, no mais alto grau, em *Schopenhauer*: o que ele chama de ‘vontade’ é uma palavra vazia. Trata-se ainda menos de uma ‘vontade de vida’: pois a vida é apenas um *caso isolado* da vontade de poder (VP, § 692)

Que fique também compreendido que *poder* como complemento da vontade não trata de poder político, econômico, físico, etc., sendo estas apenas formas modais, locais, particulares de realização de um conceito muito maior, universal. *Poder* é simplesmente dominação, acumulação, expansão, superação, mando, atividade, efetivação, vitória, em qualquer sentido que se possa imaginar.

A *vontade* de Schopenhauer guarda ainda um sabor de “verdade”, pois é concebida como o próprio “em-si” do mundo. Guardando a diferenciação kantiana entre “coisa-em-si” e “fenômeno”, Schopenhauer faz distinção entre a *vontade*, como “coisa-em-si” e o mundo dos fenômenos como sua “representação”, como vemos nesta passagem: “A coisa em si é unicamente a vontade; nesta qualidade, esta não é de maneira nenhuma representação, difere dela *toto genere*; a representação, o objeto, é o fenômeno, a visibilidade, a objetividade da vontade” (Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação*, p. 146). Em Nietzsche a vontade de poder não é o “em-si” do mundo, nem o mundo é sua “representação”. Não existe mais esta distância: a vontade de poder não se esconde “atrás” do mundo. O mundo é sua manifestação, sua encarnação, o mundo é vontade de poder e a vontade de poder é o próprio mundo. “*Este mundo é a vontade de poder – e nada além disso!*” (VP, § 1067). Com a teoria da vontade de poder, Nietzsche abre mão de toda pretensão de objetividade. A vontade de poder é uma interpretação: “Acontecendo de também isto ser apenas interpretação – e vocês se apressarão em objetar isso, não? – bem, tanto melhor!” (BM, § 22).

Em Schopenhauer, a relação do humano com a vontade guarda também um sabor moral. A vontade é cruel, faz sofrer, mas há uma fuga possível da vontade, há como negar a vontade de uma vez por todas, como que retirando-se dela e eliminando assim a agonia intrínseca ao desenrolar do jogo desejante. “Sem a negação completa do querer, não há salvação verdadeira, libertação efetiva da vida e da dor” (Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação*, p. 526). “A vontade pode suprimir-se a si mesma, e, por este fato, acabar também com o sofrimento que é inseparável do seu fenômeno” (Schopenhauer, *O mundo como vontade e representação*, p. 530). Saída de inspiração das religiões orientais com seu “desejar não desejar”, deixa passar o fato elementar de que desejar não desejar

é ainda um desejo e que sua absoluta impossibilidade, visto que não há maneira possível de saltar para fora do mundo, nem de parar seu princípio fundamental, constitui ainda fonte de grandes inquietações, angústias e sofrimentos. Em Nietzsche, com a vontade de poder, o conflito e o sofrimento são intrínsecos ao jogo, mas não devem ser negados e sim afirmados. “Negar”, aqui, não é sequer um projeto válido, pensado como possível. Negar é tão somente denegar, fingir que a vontade de poder não está atuando e que é possível de alguma maneira não sofrer. A vontade de poder é afirmação de si mesma. E não há fuga, não há saída, nem realização final. A “redenção” nietzschiana se dá por dentro do próprio jogo, através da afirmação incondicional do seu caráter agonístico e de todo o sofrimento que dele possa resultar. Os inúmeros “planos de fuga” e de realização final elaborados pelos humanos ao longo da história, ou seja, todos aqueles caminhos que prometem a “paz absoluta”, o “paraíso”, a “igualdade absoluta” entre todos os homens, o “Nirvana”, a “iluminação”, a “verdade absoluta”, a luminosidade absoluta da razão, são produzidos por dentro do próprio jogo e não passam de delírios impulsionados pela mesma vontade de poder que atua em todo o resto. Afinal, uma “fuga” bem sucedida, ou uma “realização absoluta” representariam uma grande expansão de poder...

A reflexão sobre as relações de poder, em todos os níveis – sociais, psicológicos e fisiológicos – está presente em toda a filosofia de Nietzsche, desde seus primeiros escritos. No entanto, o termo *vontade de poder* só aparece enunciado de maneira explícita em *Assim Falava Zaratustra*, mais precisamente no capítulo “Dos mil e um fins”, que tem como tema a criação de valores. Num primeiro momento, trata da criação de valores pelos povos, que estabelecem seu bem e seu mal de acordo com suas próprias necessidades, a fim de prosperar. “Nenhum povo poderia viver sem estabelecer valores, mas para se conservar, não deve adotar os valores do vizinho” (ZA, *Dos mil e um fins*). A criação de valores tem, então, a função de auto-conservação de um povo, bem como a de auto-superação e expansão de poder: “O que lhe permite reinar, vencer e brilhar para atemorizar o vizinho e torná-lo ciumento, é para ele o mais elevado, o principal, a medida e o sentido de todas as coisas” (ZA, *Dos mil e um fins*). As tabelas de valores são, portanto, resultado da vontade de poder dos povos: “Sobre cada povo está suspenso um quadro de bens. É o quadro, se vê, de suas vitórias sobre si mesmo; é a voz de sua vontade de poder” (ZA, *Dos mil e um fins*).

Ainda no mesmo capítulo Zaratustra define o homem como o grande criador de valores, aquele que avalia, aquele que deve a cada nova avaliação, determinar novamente o valor da existência. O bem e o mal de cada povo não estavam de antemão fixados num “além” do mundo, não lhes foram oferecidos pelos seus deuses. São obra dos homens criadores: “Na verdade, os homens se deram a si próprios todo o bem e todo o mal. Na verdade, não o receberam, não o encontraram, não lhes caiu como uma voz do céu” (ZA, *Dos mil e um fins*). Impulsionados por sua vontade de poder os homens avaliam, criam valores e assim determinam um sentido para a existência. “O homem é que pôs valores nas coisas, a fim de se conservar. Foi ele que deu um sentido às coisas, um sentido humano. Por isso se chama ‘homem’, isto é, aquele que avalia” (ZA, *Dos mil e um fins*).

Por enquanto, portanto, o conceito de vontade de poder guarda ainda um caráter antropológico, estando atrelado aos homens e aos povos. Os valores que estes criam são ao mesmo tempo o efeito e o principal instrumento da sua vontade de poder, que aqui sintetiza sua capacidade de auto conservação, auto superação e expansão de poder. “Zaratustra viu muitos países e muitos povos. Descobriu assim o bem e o mal de numerosos povos. Zaratustra não encontrou maior poder na terra do que o bem e o mal” (ZA, *Dos mil e um fins*).

Também no início do capítulo “Da vitória sobre si próprio” a vontade de poder aparece ainda com a mesma designação, dessa vez referindo-se aos “sábios insignes”, aqueles que buscam a verdade e o conhecimento. Sua busca por conhecimento, sua “vontade de verdade” mascaram sua real motivação: a vontade de poder. “Chamais ‘vontade de verdade’, sábios insignes, o que vos impele e vos excita?” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*), pergunta Zaratustra, para em seguida responder:

Vontade de tornar concebível tudo o que existe, assim chamo, eu, vossa vontade.

Primeiro, quereis tornar pensável tudo o que existe porque duvidais, com justa desconfiança, que pensável já o seja.

Mas tudo o que existe deve também se adaptar e se curvar! Assim o quer vossa vontade. Que tudo o que existe se humilhe e se submeta ao espírito como seu espelho e sua imagem

É essa toda a vossa vontade, sábios insignes, uma vontade de poder e mesmo quando falais do bem e do mal e das apreciações de valores. (...)

Os não sábios, todavia, o povo, são semelhantes ao rio sobre o qual avança um barquinho e nesse barquinho vão, solenes e mascaradas, as apreciações de valores.

Sobre o rio do futuro, pusestes vossa vontade e vossos valores. Uma velha vontade de poder, isso é o que o povo me revela, aquilo que o povo considera bom e mau.

Fostes vós, os mais sábios, que instalastes esses passageiros nesse barquinho e lhes destes pompa e nomes suntuosos, vós mesmos e vossa vontade dominadora (ZA, *Da vitória sobre si próprio*).

Não se busca a verdade pela verdade. Busca-se a verdade tendo em vista a expansão de poder, a auto-elevação e o exercício de uma dominação. Tornar concebível, tornar pensável, explicar, classificar, conceituar é também uma maneira de imprimir ao mundo uma forma. É uma maneira de interpretar, avaliar, criar valores para o mundo. Assim, o conhecimento opera uma expansão de poder em dois níveis, conforme percebemos na fala de Zaratustra: em primeiro lugar é uma forma de interpretar o mundo à sua maneira, dominando-o, imprimindo-lhe uma forma, submetendo-o, portanto, à própria vontade de poder daquele que interpreta. Em segundo lugar, é uma maneira de perpetuar sua própria avaliação estendendo-a ao povo, ou seja, dominando e submetendo todos os outros que passam a adotar aqueles valores como verdadeiros. Lembrando que tanto a questão da criação de valores quanto a do conhecimento como manifestações da vontade de poder podem ser desdobradas e desenvolvidas de maneira muito mais complexa, mas deixaremos isso para os capítulos 2 e 3 de nossa dissertação, cabendo agora apenas o acompanhamento na obra de Nietzsche do conceito de vontade de poder, a fim de formular para ele uma definição.

O que nos interessa, então, até aqui, é a constatação de que no capítulo “Dos mil e um fins”, bem como na primeira parte do capítulo “Da vitória sobre si próprio”, a vontade de poder é concebida como vontade de poder dos homens e dos povos. No entanto, já na segunda parte do capítulo “Da vitória sobre si próprio” observamos um primeiro alargamento desta concepção, estendendo-se o raio de efetivação da vontade de poder a tudo o que é *vivo*. Após falar aos sábios insígnies sobre a vontade de verdade, Zaratustra anuncia que tem ainda algo a dizer “sobre a vida e a condição de todo ser vivo”. Em suas próprias palavras: “Eu tenho seguido o rastro do que é vivo, segui-o pelos caminhos grandes e pequenos a fim de lhe conhecer a natureza” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*). Investigando, analisando e meditando sobre todas as formas de vida, Zaratustra encontra em toda parte relações de poder, de mando e obediência, de dominação e servidão.

Eis então a conclusão a que chega: “Examinai seriamente se penetrei no próprio coração da vida e até as raízes do seu coração! Onde quer que encontrasse o que é vivo, encontrei vontade de poder” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*). E é a própria vida que confia a Zaratustra seu segredo: “eu sou aquela que deve sempre superar-se a si mesma” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*).

A vontade de poder é o princípio vital: presente e efetivo tanto nas plantas, quanto nos animais. Do verme ao homem, da mais primitiva célula ao corpo organizado, observa-se o mesmo impulso de acumulação e expansão de poder gerando relações de mando e obediência, relações conflituosas de dominação mútua, povoando a face da terra com tudo aquilo que chamamos “vivo”. “A vida, como forma do ser que é mais familiar para nós, é especificamente uma vontade de acumulação de força -: todos os processos da vida têm aqui sua alavanca” (VP, § 689).

É a vontade de poder que atua em todos os processos básicos da vida, como por exemplo, na nutrição. O que há, na verdade, é esta vontade de tornar-se senhor, de apoderar-se de toda a matéria viva em volta – “‘Alimentação’ é só derivada; o original é: querer incluir tudo em si” (VP, § 657) –, mesmo nas formas mais primitivas da vida unicelular:

O protoplasma estende seus pseudópodes para procurar algo que lhe resista – não por fome, mas sim por vontade de poder. Em seguida, faz a tentativa de vencer esse algo, de apropriar-se dele para si, de incorporá-lo em si: - isso que se chama “nutrição” é apenas uma manifestação consecutiva, um emprego utilitário daquela vontade original de tornar-se *mais fortalecido* (VP, § 702).

O mesmo ocorre no caso da reprodução, que nada mais seria que a acumulação excessiva de poder por um ser vivo qualquer que, já não podendo sustentar e organizar tamanha quantidade de força, acaba cedendo e dividindo-se em dois. Configura-se assim um novo ser vivo. Quando um centro de poder já não é capaz de organizar a quantidade de força contida em si, faz-se sentir mais intensamente a pressão interna pela divisão e pela formação de um novo centro de poder. “‘Engendramento’ é algo derivado; originalmente: onde não basta uma vontade para organizar o todo do apropriado toma força uma *contra-vontade* que efetua a dissolução, um novo centro de organização” (VP, § 657). Mais uma vez Nietzsche utiliza o protoplasma como exemplo: “A divisão de um protoplasma em

dois irrompe quando o poder não é mais suficiente para dominar a posse apropriada” (VP, § 654)

Mesmo toda a complexidade instintual dos animais, toda a dimensão pulsional que observamos nos humanos, a multiplicidade caótica de vontades desejos, impulsos, devem ser compreendidos como manifestações desta única vontade, a vontade de poder, como podemos ver nas seguintes passagens: “A vontade de poder é a forma de afeto primitiva, todos os outros afetos são apenas configurações suas” (VP, § 688). “No animal, é possível derivar da vontade de poder todas as suas pulsões” (VP, § 619). Deveríamos ousar “descer às profundezas” e considerar a psicologia “como morfologia e *teoria da evolução da vontade de poder*” (BM, § 23).

“Para que se compreenda o que é a vida, que espécie de ansiar e tensão é a vida”, Nietzsche afirma: “a mesma fórmula há de ser igualmente válida tanto para a árvore e a planta como para o animal” (VP, § 704). Aqui a “vontade de conservação”, regularmente defendida pelos biólogos, já não pode servir como este elemento comum, princípio básico constitutivo das espécies vivas. Se o impulso fundamental de tudo o que é vivo é a vontade de poder, todo ser vivo tem como objetivo somente a expansão do seu próprio poder, a dominação, a auto-superação e a auto-elevação, ficando a auto-conservação em segundo plano, ou num plano ainda mais baixo, dando-se apenas como consequência do processo principal que é a expansão de poder. Extraímos desta proposição a conclusão de que o ser vivo, portanto, não luta para se conservar, mas ao contrário, se conserva para lutar.

Os fisiólogos deveriam refletir, antes de estabelecer o impulso de auto conservação como o impulso cardinal de um ser orgânico. Uma criatura viva quer antes de tudo *dar vazão* a sua força – a própria vida é vontade de poder –: a auto conservação é apenas uma das indiretas, mas frequentes *consequências* disso. (BM, § 13)

O que podemos observar na natureza é a luta generalizada entre todos os componentes, a tensão e o conflito próprios das relações de poder. Os seres vivos devoram-se uns aos outros, aproveitam-se uns dos outros estabelecendo relações mutuamente vantajosas, dominam-se, escravizam-se, disputam, em qualquer escala de observação que se possa utilizar. As árvores de uma floresta não dividem igualmente os nutrientes a fim de que todas possam se conservar. Pelo contrário, elas lutam entre si, trepam umas sobre as outras, cada uma lutando para

absorver mais nutrientes do que as outras, cada uma buscando o lugar mais alto, mais próximo da luz solar, sempre visando o próprio desenvolvimento, a própria expansão de poder. Os animais disputam alimentos e territórios, caçam uns aos outros, estabelecem relações hierárquicas mesmo dentro de seu próprio grupo. Mesmo o processo de organização e especialização dos tecidos e células a serviço de um organismo deve ser visto como um processo de dominação, de hierarquização, de conflitos e tensões nos quais a vontade de poder é a força atuante. O próprio homem não dá qualquer indício de ter como objetivo principal sua própria conservação. Consome uma quantidade e variedade de alimentos muito maior do que aquela estritamente necessária à conservação do funcionamento de suas funções biológicas, põe constantemente em risco esta mesma conservação em nome do mais ínfimo sentimento de aumento de poder que julgue ter possibilidade de alcançar. Por isso Zaratustra pode afirmar com a beleza e precisão características de suas palavras: “Há muitas coisas que o vivo aprecia mais que a própria vida. Mas na própria apreciação fala a ‘vontade de poder’” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*).

“Vida” é o que está dado a tudo o que é vivo. Não é preciso, portanto, que o ser vivo *deseje* a vida. Como diz Zaratustra: “o que não existe não pode querer. Mas, como poderia aquele que existe desejar ainda a existência!” (ZA, *Da vitória sobre si próprio*). Segundo esta mesma lógica, neste momento em que a vontade de poder está colocada ainda como característica fundamental da vida, seria legítimo afirmar que o que não é vivo não pode querer e o que já está vivo não tem qualquer razão ou necessidade de querer o que já lhe está posto, dado: a vida. Portanto, o princípio capaz de explicar “que espécie de ansiar e tensão é a vida”, aquele igualmente válido tanto para a árvore como para o animal, é a vontade de poder. Neste momento, então, vontade de poder se define como princípio fundamental comum a todo ser vivo, ou simplesmente como *vida*. “A vida anseia por um sentimento maximal de poder -: é essencial um ansiar por mais poder -: ansiar nada mais é do que ansiar por poder” (VP, § 689)

Mas esta não é ainda a formulação definitiva do conceito. Logo na primeira parte de *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche toma a palavra na condição de “velho filólogo”, para se contrapor às doutrinas científicas que julgam ter decifrado a verdade do universo ao encontrar as assim chamadas “leis da natureza”. Nietzsche vem advertir estes cientistas para o fato de que as leis da

natureza são “interpretação e não texto”. Trata-se muito mais de uma transposição do hábito democrático da “igualdade perante a lei” para a natureza como um todo do que de uma verdade do mundo. Um pensador que partisse de pressupostos e referenciais diferentes poderia muito bem, através da observação dos mesmos fenômenos da natureza, chegar a uma conclusão bastante diversa, reconhecendo em todo o acontecer a atuação de requisições de poder impulsionadas pela ação implacável da *vontade de poder*. Ou seja: “um intérprete que lhes colocasse diante dos olhos o caráter não excepcional e peremptório de toda ‘vontade de poder’” (BM, § 22).

Logo adiante, na segunda parte de *Além do Bem e do Mal*, Nietzsche se propõe de fato a explicitar este “caráter geral e absoluto” de toda vontade de poder. Parte da hipótese de que nada de real nos seja dado que não o mundo instintivo de nossos desejos e paixões e prossegue com a seguinte especulação: “não é lícito fazer a tentativa e colocar a questão de se isso que é dado não bastaria para compreender, a partir do que lhe é igual, também o chamado mundo mecânico (ou ‘material’)?” (BM, § 36). O universo seria, então, dotado de um mundo pulsional da mesma ordem daquele que experimentamos em nós, mas simplificado, primitivo. Haveria no universo uma espécie de impulso original que constituiria um protótipo dos nossos desejos e paixões, um impulso primordial que se manifesta posteriormente dividido em funções especializadas na vida orgânica. Trata-se de pensar o mundo possuindo uma instância

Da mesma ordem de realidade que têm nossos afetos, – como uma forma mais primitiva do mundo dos afetos, na qual ainda esteja encerrado em poderosa unidade tudo o que então se ramifica e se configura no processo orgânico (e também se atenua e se debilita, como é razoável), como uma espécie de vida instintiva, em que todas as funções orgânicas, com auto regulação, assimilação, nutrição, eliminação, metabolismo, se acham sinteticamente ligadas umas às outras – como uma *forma prévia* da vida (BM, § 36)

Uma vez que se determinou a vontade de poder como vida, vislumbra-se a possibilidade de extrapolar o mesmo princípio para todo o resto:

A vontade de acumulação de força como específica para o fenômeno da vida, nutrição, geração, transmissão hereditária – da sociedade, Estado, costume, autoridade. – Não deveríamos poder supor essa vontade como causa motora também na química? – e na ordem cósmica? (VP, § 689)

O mundo não é dado como algo estático. Em toda parte se observa o movimento, a transformação, ou mesmo o equilíbrio enquanto produção de efeitos. Se admitimos a existência de uma dimensão instintual para o mundo, devemos supor também que, como ocorre em nós, toda ação é determinada por este âmbito pulsional de vontades e paixões. Todos os acontecimentos do mundo seriam, portanto, resultantes do embate entre vontades conflitantes. Segundo esta lógica, a vontade não age sobre a matéria, mas sobre a própria vontade, produzindo efeitos diversos, pondo em marcha os processos mecânicos que constituem o mundo. Chegamos, então, à hipótese de que

em toda parte onde se reconhecem ‘efeitos’, vontade atua sobre vontade – e de que todo acontecer mecânico, na medida em que nele age uma força, é justamente força de vontade, efeito da vontade (BM, § 36)

E da mesma maneira como toda a multiplicidade de vontades, paixões e instintos em nós, bem como todas as funções orgânicas podem ser reduzidas a uma única vontade primordial – a vontade de poder – “então se obteria o direito de definir toda força atuante, inequivocamente, como *vontade de poder*” (BM, § 36). É isso que leva Nietzsche a afirmar, finalmente, que: “O mundo visto de dentro, o mundo definido e designado conforme o seu ‘caráter inteligível’ – seria justamente ‘vontade de poder’, e nada mais” (BM, § 36). Com isso, elimina-se a fronteira entre vivo e não-vivo, entre orgânico e inorgânico. A vontade de poder já não se restringe aos homens e aos povos, nem também somente aos seres vivos. Tendo seu campo de atuação definitivamente ampliado, aplica-se agora a tudo o que existe. A vida passa então a ser concebida como um caso particular da vontade de poder, inserida num processo muito maior, que, no limite, abrange toda a existência: “A vida como caso isolado: a partir daí, essa hipótese se estende sobre o caráter total da existência” (VP, § 689)

No entanto, algo nesta formulação amplificada do conceito de vontade de poder nos interessa especialmente: o conceito de *força atuante* estritamente ligado ao de *vontade de poder* apresenta um salto qualitativo na visão de mundo proposta por Nietzsche. Apropriando-se do conceito de *força* da física e acrescentando-lhe esta espécie de impulso intrínseco – a vontade de poder – Nietzsche elabora a assim chamada *teoria das forças*, a qual constitui uma chave notadamente eficaz de descrição e explicação da existência. Segundo esta teoria, tudo o que há são forças. Todo e qualquer dado físico ou mental existente é força e toda força é

intrinsecamente impulsionada pela vontade de poder. “Toda força pulsante é vontade de poder, (...) não há nenhuma força física, dinâmica ou psíquica além daquela” (VP, § 688). Note que o mundo físico, o dinâmico e o psíquico são concebidos como expressão de forças e não quaisquer forças, mas forças desejantes, forças que anseiam por uma acumulação e expansão de poder. Assim, a teoria das forças rompe importantes fronteiras: a força não faz distinção de natureza entre físico e psíquico, natural e cultural, vivo e não-vivo, bem e mal. Não há distinções a priori deste tipo, há apenas forças lutando para expandir seu poder. As distinções se fazem posteriormente, no desenrolar do movimento próprio das forças.

Diante do fato de que o mundo não é dado como algo estático, pois em toda parte constatamos movimento, transformação, tensão, efeitos, os físicos criaram uma série de conceitos que, cheios de uma obstinada pretensão de objetividade, são tomados por realidades, como por exemplo: força, gravidade, atração e repulsão, pressão, choque, leis da natureza, etc. Forças eficientes que se pretendem bastantes para descrever e explicar todo o desenrolar dos processos existentes. No entanto, se analisadas mais de perto, mostram-se tão obscuras quanto qualquer suposição de causalidade mágica. Meras ferramentas conceituais de descrição, interpretações que nada têm de verdades e que nem sequer se mostram eficazes para explicar a dinâmica dos acontecimentos do mundo. “Começa a despontar em cinco, seis cérebros, talvez, a ideia de que também a física é apenas uma interpretação e disposição do mundo (...) e não uma explicação do mundo” (BM, § 14). Nos conceitos físicos “falta a força que impulsiona” (VP, § 688). Atração e repulsão poderiam, por exemplo, ser interpretados como “a vontade de apoderar-se de uma coisa ou de defender-se de seu poder e de repeli-la” (VP, § 627). Vejamos a crítica nietzschiana ao conceito de “força” dos físicos e de que maneira se apropria dele:

O conceito vitorioso, ‘força’, com o qual nossos físicos criaram Deus e o mundo, necessita ainda ser completado: há de ser-lhe atribuído um mundo interno que designo como ‘vontade de poder’, isto é, como insaciável ansiar por mostrar poder; ou emprego, exercício de poder, pulsão criadora, etc. (VP, § 619)

A vontade de poder é o que determina o caráter da força, seu sentido, sua direção. Toda força é desejante: quer dominar todas as outras, acumular e expandir seu poder até o limite, superar a si mesma, vencer. A vontade de poder é

o impulso intrínseco à força, a todas as forças. Por isso, de certa maneira pode-se dizer que as forças são vontade de poder. Não nos esqueçamos de que “toda força pulsante é vontade de poder” (VP, § 688). Intrinsecamente impulsionadas pela vontade de poder, as forças lutam entre si, aniquilam, escravizam, dominam, aliam-se temporariamente umas às outras:

cada corpo específico anseia por tornar-se senhor de todo espaço, por estender sua força (-sua vontade de poder:) e repelir tudo que obsta à sua expansão. Mas ele se depara continuamente com o mesmo ansiar de outros corpos e termina por arranjar-se (‘unificar’-se) com aqueles que lhes são aparentados o bastante: – *assim eles conspiram, então, juntos, pelo poder*. E o processo segue adiante... (VP, § 636)

A força não é uma “coisa”, não é um “átomo”, não é uma unidade fechada dada a priori. Cada força é resultado do entrelaçamento de incontáveis outras forças. Há “quantidades dinâmicas, em uma proporção de tensão em relação a todas as outras quantidades dinâmicas: seu ser consiste em sua proporção de relação a todas as outras quantidades, em seu ‘atuar’ sobre as mesmas” (VP, § 635). A força não tem um “ser” constituído a priori. Ela se dá como efeito das tensões, das relações de poder entre outras forças. Uma vez constituída, está automaticamente inserida no campo das relações entre forças e já é um poder de atuação efetivo sobre todas as outras. Um “corpo específico” nada mais é que o resultado de uma combinação de incontáveis forças. Então, podemos compreender o mundo como *uma rede dinâmica de forças de todas as ordens, impulsionada em todos os níveis pela vontade de poder*. Forças físicas, químicas, biológicas, psíquicas, sociais, culturais, climáticas, emocionais, num conflito permanente por poder, entrelaçam-se numa rede complexa e dão origem, assim, a diversas configurações – células, tecidos, órgãos, animais, pessoas, coisas, sociedades, ideias, plantas, pedras, etc... No que emerge, uma configuração resultante da rede de forças, passa a contar imediatamente como força em jogo, exercendo seu poder sobre todas as outras, agindo e resistindo sobre todas as outras, gerando outras novas configurações.

As forças participam, portanto, de uma mesma rede, da qual são a um só tempo produto e produtoras. Tendo como objetivo único a expansão de seu poder, as forças em conflito se articulam em sistemas complexos de forças, que por sua vez, enquanto forças em jogo, articulam-se eles mesmos a outras forças formando intrincadas redes de relações de poder, num processo que se estende

indefinidamente. As forças, enquanto partes, compõem “todos” complexos que, por sua vez, retornam sobre elas enquanto força atuante e estabelecem com elas relações de poder e dominação. Cada todo complexo, por sua vez, enquanto força em jogo, articula-se a outros complexos de força formando eles mesmos outras configurações. Todos lutando contra todos, em conflito e tensão constantes, sob a atuação implacável, em todos os níveis, da vontade de poder, gerando estados mais – ou menos – estáveis, criando e destruindo, conformando e reconfigurando, num jogo de poder sem possibilidade de pausa ou resolução final.

Posto que o mundo dispusesse de uma quantidade de força, então é evidente que todo deslocamento de poder para qualquer lugar condiciona todo o sistema – portanto, junto com a causalidade de um *após* o outro, dar-se ia uma dependência de *um junto ao outro* e de *um com o outro*. (VP, § 638)

Podemos compreender, por exemplo, as células como forças, já constituídas elas mesmas por outras forças. Cada célula, enquanto força aspirando por mais poder, estabelece relações de dominação com outras células formando tecidos que estabelecem relações de poder com suas células constitutivas e com outros tecidos configurando órgãos, seguindo o mesmo padrão formam-se animais, pessoas, sociedades, etc. Tudo articulado ainda a forças climáticas, químicas, físicas, de todas as ordens num intrincado padrão de redes de relações de poder que constitui tudo o que existe.

Não há nada que não seja força, nada que não seja vontade de poder, nada, portanto, que não esteja inserido na rede complexa de relações de poder que determinam seu ser e seu atuar a cada instante. Com isso, elimina-se de uma vez por todas qualquer possibilidade de existência de “seres em si”, incondicionados, que se encontrem “além” da existência, que tenham um poder em si de se impor e atuar sobre a rede de forças a partir de “fora”. Não há nenhum “fora”, nenhum “além”. A rede dinâmica de forças é a própria existência e “além” da existência não existe. Está negada, portanto, qualquer possibilidade real de existência de “deuses”, “demônios”, “anjos”, “fadas”, “espíritos”, “primeiro motor”, “energias boas e ruins”, “sujeitos”, “coisas-em-si”, ou seja, qualquer ser em-si, pretensamente capaz de atuar sobre a rede de forças a partir de “fora” sem estar nela inserido, sem ser por ela configurado e determinado. “Não há nenhum ‘ser em si’, as relações constituem primeiro os seres” (VP, § 625).

O jogo de forças não admite fundamentos. Não admite que nada, seja uma entidade, um conceito ou um valor, se dê como fundamento seguro, firme, sólido, eterno, fixo, imutável, que dê sustentação ao embate caótico de forças sem ser por ele afetado, sem ser jamais abalado. Não há nenhum “antes” ou “além” da malha de forças em conflito, nenhum “incondicionado” que cause e/ou sustente o condicionado. “O ‘em si’ é mesmo um contra-senso de concepção: uma ‘qualidade em si’ é uma insensatez: sempre temos os conceitos de ‘ser’, ‘coisa’ somente como conceitos de relação” (VP, § 583). “Contra-senso de toda metafísica como uma dedução do condicionado a partir do incondicionado” (VP, § 574).

A vontade de poder, portanto, não poderia se dar como fundamento para o mundo. Ela não está “além” do mundo. Pelo contrário, ela é o princípio que constitui o próprio mundo por dentro. Mesmo o que aqui chamamos “mundo” não pode ser um fundamento fixo por sobre o qual se desenrola o jogo de forças, nem a totalidade fechada composta pela soma das forças em jogo, mas sim um processo, a própria rede de forças desejantes em constante tensão e reconfiguração. “A vontade de poder não é um ser, não é um devir, mas um *pathos* – esse é o fato mais elementar do qual, primeiramente, resulta um devir, um atuar” (VP, § 635). Não se trata, então, de um “fundamento”, mas de um querer intrínseco à existência. Um querer-sempre-mais-poder que é a própria garantia de impossibilidade de qualquer fundamentação. Nenhuma configuração é permanente, não há nenhum “ser” imutável, pois tudo o que existe é antes um ansiar por mais poder. A vontade de poder não é algo diverso da rede de forças que constitui a existência. É a força primordial, o princípio único que se estilhaça na multiplicidade de forças desejantes. Não que este processo tenha tido um início, como certamente não terá jamais um fim – nem enquanto finalidade, nem enquanto simples final. A vontade de poder não é causa primeira. Ela é um constante estilhaçar-se em multiplicidade de forças, é *arché*, princípio que se põe naquilo que principia desde sempre, sem com isso dar-se como “Ser”, mas como um autoproduzir-se a partir de si mesma, força transbordante que em seu constante extrapolar-se é a um só tempo criativa e destrutiva, numa palavra, simplesmente, *vontade de poder*.

Há quem prefira falar em múltiplas “vontades de poder”. No entanto, não vejo eficácia nesta formulação, visto que a “força” recobre com eficiência o

caráter múltiplo da vontade de poder, princípio único. Que toda força deseja expandir seu poder é evidente pelo próprio caráter do princípio único, não havendo necessidade de se falar em múltiplas vontades de poder a partir da multiplicidade de forças. Falar em múltiplas vontades de poder dá a impressão de que vontade de poder é uma propriedade da força, cada força “tendo” uma vontade de poder, o que não é muito preciso, pois a vontade de poder é aquilo que extrapola a força e também aquilo mesmo que a constitui enquanto força. Os adeptos da proposição das múltiplas vontades de poder alegam que Nietzsche não admitiria qualquer espécie de “monismo”, com base nos seguintes fragmentos póstumos: “A unidade (o monismo) é uma necessidade de *inertia*: a variedade de interpretações é sinal de força. Não querer impugnar o caráter inquietante e enigmático do mundo” (VP, § 600). “*Contra* o querer conciliar-se e a boa disposição para a paz. A isso pertence também toda tentativa de monismo” (VP, § 601). No entanto, há que se compreender que tipo de monismo Nietzsche combate. Combate-se um monismo apaziguadoramente homogeneizante, que suprima as diferenças e singularidades em nome de uma perfeita comunhão. Não vejo porque não falar num monismo nietzschiano no sentido de que há uma mesma rede de forças em conflito constituída por um mesmo princípio atuante em tudo o que existe – a vontade de poder. Não me parece que Nietzsche se oporia a um monismo cujo princípio é um impulso de afirmação da força em sua absoluta singularidade e diferença, um monismo que não permite que nada, jamais, descanse em paz. Lembremos que a vontade de poder não é um “Ser” material ou espiritual que subjaz imperturbável à agitação das forças. Pelo contrário, ela é impulso de efetivação do conflito, é guerra, é combate, é tensão, sem possibilidade de fuga, repouso ou resolução final.

Esta formulação teórica dá conta tanto da regularidade, da previsibilidade, do caráter calculável dos fenômenos do mundo, quanto do inesperado e do imprevisível. Em outras palavras, dá conta de tudo aquilo que chamamos acaso e necessidade, sem se confundir com um nem com o outro. A ciência fala em “leis” da física, da química, da natureza com uma pretensão de objetividade que não se pode mais sustentar. Tratam-se apenas de interpretações que têm seu foco nas regularidades observáveis. A obediência a “leis” tem um “sabor moral” (VP, § 629). Outro tipo de interpretação que dê conta das mesmas regularidades pode ser formulado: na hipótese nietzschiana podemos falar de proporções constantes de

poder entre forças em que, a cada vez, o mais forte domina o mais fraco. Ao invés de leis “trata-se antes de uma verificação absoluta de proporções de poder: o mais fortalecido torna-se senhor do mais fraco, à medida que este não pode justamente impor seu grau de autonomia” (VP, § 630). “A sequência imutável de certas manifestações não prova nenhuma ‘lei’, mas sim uma proporção de poder entre duas ou mais forças” (VP, § 631). Um encontro similar entre quantidades de poder que frequentemente se repita, resultará muito provavelmente num efeito semelhante, resultante da dominação do mais fraco pelo mais forte. Aí repousa a calculabilidade.

Se algo acontece de tal modo e não de outra maneira, então não existe nisso nenhum ‘princípio’, nenhuma ‘lei’, nenhuma ‘ordenação’, e sim atuam efetivamente quantidades de força, cujo ser consiste no fato de exercer poder sobre outras quantidades de força. (VP, § 690)

Se, por outro lado, falamos em “puro acaso”, excluimos do acontecer seu impulso fundamental, a vontade de poder. Não é “por acaso” que as forças entram em conflito, não é “por acaso” que o mais forte sai vitorioso. Por isso, em *A Genealogia da Moral*, Nietzsche insiste em ir contra o espírito democrático da sua época que se conciliaria

até mesmo com a contingência absoluta, com a mecânica absurdidade de todo acontecer, do que com a teoria de uma *vontade de poder* operante em todo acontecer. A idiossincrasia democrática contra tudo o que domina e quer dominar, o moderno misarquismo (forjando uma palavra feia para uma coisa feia) de tal modo se transformou e se mascarou no que é espiritual, espiritualíssimo, que hoje passo a passo penetra, *pode* penetrar, nas mais rigorosas e aparentemente mais objetivas ciências; (GM, II, § 12)

A ideia do puro acaso “já se apossou de toda a fisiologia e teoria da vida, com prejuízo dela, já se entende, ao lhe retirar uma noção fundamental, a de *atividade*” (GM, II, § 12) – e com isso lhe retirou também a força fundamental atuante em toda atividade, a *vontade de poder*.

Para pensarmos esta questão é imprescindível que se compreenda que não há distância entre a força e seu efetivar-se. E “cada poder tira, em cada momento, sua última consequência” (VP, § 634). A força não é uma “coisa”, não é um “átomo”, não é um substrato neutro que possa agir de uma ou outra forma, ou mesmo que obedeça a leis. A força já é uma efetivação, uma expressão da vontade de poder, um agir que vai até as últimas consequências em cada instante. “Um

quantum de força equivale a um mesmo *quantum* de impulso, vontade, atividade” (GM, I, § 13). Não há distância, portanto, entre “querer”, “ser” e “agir”.

A separação do ‘fazer’ em relação ao ‘que faz’, do acontecer em relação a algo que faz acontecer, do processo em relação a um algo que não é processo, mas é substância durável, coisa, corpo, alma, etc. – a tentativa de conceber o acontecer como uma espécie de transposição e mudança de posição do ‘que é’ (VP, § 631)

não passa de uma “velha mitologia”. A força é um querer mais poder, este querer é um agir, e este agir determina seu ser. Não pode ser de outra forma. “Uma e mesma força não pode ser também uma outra força” (VP, § 631).

Posto isso, temos de admitir que todo acontecimento é absolutamente inevitável, necessário, enquanto resultante de um embate e de um encadeamento complexo de forças que não poderiam não se exercer. Nisso não há nenhum “determinismo” à maneira mecanicista. O acontecimento não é necessário por estar inserido numa série causal linear determinada, nem por ser indispensável para que se alcance alguma finalidade superior para a qual o Universo tende. O acontecimento torna-se necessário no momento mesmo em que acontece, já que a tensão de forças que o faz emergir não poderia não ter ocorrido, nem ter ocorrido de outra forma.

A necessidade absoluta do mesmo acontecer em um curso de mundo, como em todos os outros na eternidade, *não* é um determinismo a respeito do acontecer, mas apenas a expressão do fato de que o impossível não é possível... que uma determinada força não pode ser nada de outro, a não ser esta determinada força; que ela não se libera de outro modo em uma força-resistência senão de acordo com sua força – acontecer e acontecer necessariamente são uma *tautologia*. (VP, § 639)

No entanto, a previsibilidade tem seus limites. Uma mínima quantidade de força que passe despercebida pode alterar consideravelmente o resultado esperado. Como é impossível mapear a totalidade das forças atuantes em cada instante, temos sempre de lidar com uma boa parcela de acaso. Além do mais, justamente por não haver nenhuma espécie de necessidade metafísica para que um acontecimento ocorra de uma maneira e não de outra, nenhum “sentido em si” pré-determinado para os eventos que constituem o mundo, nenhuma finalidade superior a ser alcançada, nenhuma causalidade linear simples, mas sim uma complexa produtividade de efeitos, é legítimo também dizer que todo acontecimento é, em certo sentido, obra do acaso.

De acordo com a lógica da teoria das forças, poderíamos, com mais propriedade, afirmar que cada acontecimento celebra o casamento entre acaso e necessidade.

Esperamos, então, ter concluído com sucesso uma definição eficaz do conceito de *vontade de poder*, a saber: impulso intrínseco à rede de forças em conflito que constitui a existência. A seguir, extrairemos algumas das principais consequências desta concepção existencial, trabalhando a questão do sujeito e da moral.